

**VOTO Nº 379/2021/SEI/GADIP-DP/ANVISA**

Processo nº 25351.926160/2021-64  
Expediente nº [5087420/21-4]

*Analisa solicitação de Autorização de Exportação (AEX) - DEXMEDETOMIDINA*

*Requerente: EUROFARMA LABORATÓRIOS S/A - CNPJ 61.190.096/0001-92*

*Posição do relator: FAVORÁVEL*

Área responsável: **GADIP**  
Relator: [Antonio Barra Torres](#)

**1. RELATÓRIO**

Trata-se de pleito da EUROFARMA [1600731] solicitando autorização prévia de exportação (AEX) nos termos da Resolução- RDC nº 352/2020 (atualizada pela Resolução- RDC nº 485/2021):

LPCO	produto / princípio ativo / apresentação	quantitativo	destino
-----	CLORIDRATO DE <b>DEXMEDETOMIDINA</b> 100 MCG/ML SOL INJ IV CT 5 FA VD TRANS X 2 ML	3.000 caixas (= 15.000 frascos)	CHILE
-----	CLORIDRATO DE <b>DEXMEDETOMIDINA</b> 100 MCG/ML SOL INJ IV CT 5 FA VD TRANS X 2 ML	872 caixas (= 4.360 frascos)	URUGUAI

**2. ANÁLISE****2.1 - Contextualização:**

No contexto da atual pandemia decorrente do novo *Coronavírus*, evidências científicas sobre o potencial uso de alguns medicamentos no tratamento da doença estão sendo geradas e publicadas. Ainda, diante do cenário mundial da pandemia da covid-19, entende-se necessário o alerta para os medicamentos inicialmente identificados como prioritários, nesse momento. Portanto, verificou-se a necessidade de se preservar o abastecimento de medicamentos para tratamento das indicações já aprovadas por esta Anvisa e eventuais novas indicações terapêuticas científicamente comprovadas.

Segundo a Lei nº 9.782/1999, compete à união, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, atuar em circunstâncias especiais de risco à saúde:

Art. 2º Compete à União no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária:  
(...)  
**VII - atuar em circunstâncias especiais de risco à saúde; e**  
VIII - manter sistema de informações em vigilância sanitária, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.  
§ 1º A competência da União será exercida:  
I - pelo Ministério da Saúde, no que se refere à formulação, ao acompanhamento e à avaliação da política nacional de vigilância sanitária e das diretrizes gerais do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;  
II - pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVS, em conformidade com as atribuições que lhe são conferidas por esta Lei; e  
(...)

(grifo nosso)

Ainda de acordo com a Lei nº 9.782/1999, cabe à Anvisa anuir com a importação e exportação de medicamentos de uso humano, suas substâncias ativas e demais insumos:

Art. 7º Compete à Agência proceder à implementação e à execução do disposto nos incisos II a VII do art. 2º desta Lei, devendo:  
(...)  
**VIII - anuir com a importação e exportação dos produtos mencionados no art. 8º desta Lei;**  
(...)  
Art. 8º Incumbe à Agência, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.  
§ 1º Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência:  
**I - medicamentos de uso humano, suas substâncias ativas e demais insumos, processos e tecnologias;**  
(...)

(grifo nosso)

Portanto, do ponto de vista sanitário, entendeu-se pertinente a vedação da exportação, também, das mercadorias constantes desta lista para garantir o estoque nacional de insumos essenciais para o adequado funcionamento do sistema de saúde. Neste sentido, foi publicada a Resolução-RDC nº 352/2020 e suas atualizações.

Assim, diante do cenário de pandemia e do aumento da procura pela aquisição dos insumos citados no combate (direto ou indireto) ao novo *Coronavírus*, a fim de preservar o abastecimento

de produtos para tratamento das indicações já aprovadas por esta Anvisa e eventuais novas indicações terapêuticas cientificamente comprovadas, faz-se necessária a restrição da exportação de alguns produtos.

O cenário atual no Brasil, no tocante à pandemia de covid-19, ainda inspira preocupação:

#### ~ Novos casos e mortes

Fonte: JHU CSSE COVID-19 Data · Última atualização: há 2 dias



#### ~ Novos casos e mortes

Fonte: JHU CSSE COVID-19 Data · Última atualização: há 2 dias



(fonte - <https://covid.saude.gov.br/>)

## 2.2- Da possibilidade de atendimento ao pleito:

Em resposta aos diversos Editais de Chamamento publicados pela Anvisa em virtude da pandemia, as empresas detentoras de registro de medicamentos utilizados no tratamento de pacientes hospitalizados com covid-19 têm reportado, regularmente, informações sobre a fabricação, importação e distribuição de anestésicos, sedativos, bloqueadores neuromusculares e agentes adjuvantes, assim como vacinas contra a covid-19.

Assim sendo, confrontando os dados extraídos dos editais de chamamento com o pedido da empresa, temos:

### DEXMEDETOMIDINA

solução injetável	quantitativo (em unidades)	obs:
em estoque atualmente - Σ todos os detentores	1.286.415 *	-----
em estoque atualmente - Eurofarma	294.635 *	corresponde a 23% do estoque "total" (considerando todos os detentores nacionais)
solicitação de exportação	19.360	corresponde a 6,6% do quantitativo em estoque na empresa, e a 1,5% do quantitativo nacional em estoque

\* dados atualizados até 06/12/2021 (Edital de Chamamento)

Pode-se concluir, assim, que o quantitativo a ser exportado é relativamente pequeno se considerarmos o saldo em estoque na empresa fornecedora (< 7%) e ainda o saldo total nacional (disponível para venda) - logo, a anuência ao pedido de exportação não impactará negativamente no atendimento à demanda nacional de medicamentos à base de dexmedetomidina, e tampouco incrementa um eventual risco de desabastecimento.

## 2.3- Outras considerações:

Entendemos tal exportação como uma questão humanitária, diante da crise gerada pela pandemia de covid-19, que atinge de forma significativa vários países, e também o Brasil. Entretanto, para que a exportação possa de fato se efetivar, a empresa fornecedora deve se comprometer a priorizar o mercado brasileiro, de forma que a exportação não

impacte negativamente no abastecimento do mercado nacional.

-----  
Subsídios para a análise:  
Gerência de Inspeção e Fiscalização Sanitária de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos - GIMED/GGFIS - 1701859

### 3. VOTO

Considerando a exportação como ação humanitária nesse momento de pandemia, que tem atingido de forma significativa vários países; o quantitativo a ser exportado; e a urgência da situação, **manifesto-me FAVORÁVEL** ao pedido de exportação ora encaminhado, e **voto pelo DEFERIMENTO** da solicitação, **nas seguintes condições:**

- A empresa fornecedora (Eurofarma) **priorizará o mercado brasileiro**, de forma que a exportação em nada afete o atendimento nacional.
- A autorização para essa exportação poderá ser revista, suspensa ou cancelada a qualquer momento, se verificado o desabastecimento de medicamentos para IOT em território nacional ou o descumprimento, por parte da empresa fornecedora, das condições ora dispostas.
- A exportação do quantitativo total poderá ser efetivada em remessa única ou fracionada.
- A empresa fornecedora (Eurofarma) deverá protocolar, junto à Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados (GGPAF), **novas LPCO correspondentes a cada remessa**, referindo-se ao nº de processo SEI 25351.926160/2021-64:

produto / princípio ativo / apresentação	quantitativo	destino
CLORIDRATO DE <b>DEXMEDETOMIDINA</b> 100 MCG/ML SOL INJ IV CT 5 FA VD TRANS X 2 ML	3.000 caixas (= 15.000 frascos)	CHILE
CLORIDRATO DE <b>DEXMEDETOMIDINA</b> 100 MCG/ML SOL INJ IV CT 5 FA VD TRANS X 2 ML	872 caixas (= 4.360 frascos)	URUGUAI

Encaminho a decisão final à soberania da Diretoria Colegiada da Anvisa.

-----  
Encaminhe-se à SGCOL para as providências de seu âmbito.  
Oficie-se a requerente e comunique-se a PAFME/ CGPAF/ GGPAPF da decisão final.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente**,  
em 09/12/2021, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do  
art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1704746** e o código  
CRC **B0185DE7**.

Referência: Processo nº 25351.926160/2021-64

SEI nº 1704746